

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 92.401.553/0001-74, com sede na Av. Guerino Pandolfo n.º 580, Bairro Centro, Riozinho - RS, através de seu Prefeito Municipal Sr. Valério José Esquinatti, pelo presente, torna pública a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS n.º 002/2018, regime de execução empreitada por **PREÇO GLOBAL**, sendo regida pela Lei 8.666/93 e posteriores alterações. A entrega e abertura dos envelopes ocorrerá às **09 horas do dia 29/08/2018**, no endereço supracitado, na sala de Licitações.

I – DO OBJETO

1.1 - Construção da Feira do Produtor, com área total de 110,23 m², localizado na Rua Sete de Setembro, no centro do Município de Riozinho/RS, na forma do projeto e memorial descritivo anexo.

II – DOS DOCUMENTOS PARA CADASTRAMENTO PRELIMINAR OBRIGATÓRIO

2.1 – PARA EFEITOS DE CADASTRAMENTO OU ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO, OS INTERESSADOS DEVERÃO APRESENTAR ATÉ O TERCEIRO DIA ANTERIOR À DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

2.1.1 – Documentos relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual; Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor com todas as alterações ou consolidação, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- b) Declaração que a licitante cumpre o disposto no Art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, que determina o cumprimento do inciso XXXIII do Art. 7.º da Constituição Federal. “*Proibição de trabalho noturno, perigoso, ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos*”, conforme Anexo III.
- c) Declaração de plena submissão às condições do Edital, em todas as fases da licitação, conforme Anexo XVIII.
- d) Declaração do licitante de que não foi declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme Anexo XIX.
- e) Decreto de autorização, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Dados da Licitante, conforme Anexo XXII.

2.1.2 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da sede do licitante, mediante apresentação de certidões em vigor na data da abertura dos envelopes;

c) Prova de regularidade fiscal, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando a inexistência de débitos relativos às contribuições sociais com o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – em vigor na data da abertura dos envelopes;

c.1) Poderá ser apresentada a Certidão Unificada, que comprova a regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal, quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 05 de Setembro de 2014. Neste caso, esta Certidão substitui o documento da alínea “c” e somente a Prova de Regularidade com a Fazenda Federal da alínea “b”.

d) Prova de regularidade junto ao FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – através da apresentação do Certificado de Regularidade, emitido pela Caixa Econômica Federal, em vigor na data da abertura dos envelopes;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova do alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de competência fiscal do estabelecimento da licitante;

2.1.3 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou de Recuperação Judicial (Lei 11.101, de 09.02.2005) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes da documentação e da proposta financeira.

b) Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do número do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1) A comprovação da boa situação financeira, será verificada, através da demonstração dos índices abaixo estabelecidos, extraídos do balanço, iguais ou superiores a 1,00, obtidos com aplicação das seguintes fórmulas:

LIQUIDEZ GERAL: $LG = (AC+RLP)/(PC+PELP) = \text{índice mínimo: } 1,00$

LIQUIDEZ CORRENTE: $LC = (AC/PC) = \text{índice mínimo: } 1,00$

SOLVÊNCIA GERAL: $SG = (AT)/(PC+ELP) = \text{índice mínimo: } 1,00$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL: $EG = (PC + PELP)/(AT) = \text{índice máximo: } 0,50$

ONDE:

AC = Ativo Circulante

AD = Ativo Disponível

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

AP = Ativo Permanente

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

PL = Patrimônio Líquido

b.2) É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

b.3) Licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

2.1.4- Documentos Relativos à Qualificação Técnica

a) Prova de registro ou inscrição da empresa e do(s) seus(s) responsável(is) técnico(s) que responderá(ão) pelo objeto da Licitação, junto à entidade profissional competente (CREA ou CAU), da localidade da sede da Licitante, com visto do CREA/RS ou CAU/RS. Quando se tratar de empresa com sede localizada fora do Estado do Rio Grande do Sul, a mesma deverá ter seus registros visados no CREA/RS ou CAU/RS, como condição de validade do mesmo e de reconhecimento de sua habilitação para funcionar no Estado do Rio Grande do Sul.

b) Prova de a empresa possuir no quadro funcional permanente, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, tudo devidamente atestado pelo CREA ou CAU, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:

b1) A prova de a empresa possuir no quadro permanente profissional de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do ato constitutivo ou contrato social, e no caso de empregado, através da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

b2) A prova de que o profissional é detentor de responsabilidade técnica, será feita mediante apresentação de um **Atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado/averbado pelo CREA ou CAU, através de Certidão de Acervo Técnico (CAT), que comprovem a execução de obra compatível em característica, quantidade e prazo com o objeto da licitação.

c) A Licitante deverá apresentar Licença de Operação de Destinação Final de Resíduos, seja licença própria e/ou através de contrato.

OBS.: Nas certidões que não constar vencimento ou prazo de validade, só serão aceitas se emitidas até 90 (noventa) dias da data marcada para a abertura dos envelopes.

2.1.5 – Os documentos supra referidos deverão ser apresentados em original ou mediante fotocópia autenticada por cartório competente, podendo ainda, ser autenticada pela Comissão Permanente de Licitações, mediante cotejamento com os documentos originais.

2.1.6 – Todos os documentos retirados via Internet serão submetidos à verificação de autenticidade mediante conferência a ser efetuada pela Comissão Permanente de Licitações, salvo se já estiverem autenticados.

2.1.7 – Se a licitante desejar participar através de uma de suas filiais, todos os documentos deverão ser da filial escolhida para participar.

2.2 – Não será efetuado ou atualizado o cadastro do proponente que não apresentar toda a documentação acima.

2.2.1 – A licitante que não tiver seu Certificado de Registro Cadastral devidamente atualizado e adequado para esta licitação, estará, conseqüentemente, inabilitada para a mesma.

2.3 – Só serão consideradas habilitadas as licitantes que apresentarem toda a documentação prevista acima no item 2.1 e seus subitens e alíneas na forma exigida, sem rasuras ou ressalvas.

2.4 – As informações relativas à habilitação serão de inteira responsabilidade do informante, que responderá cível e criminalmente por estas.

III – DAS CONDIÇÕES E FORMAS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1- A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar no cadastramento, DECLARAÇÃO conforme (anexo I), firmada por contador ou representante legal da empresa, e apresentar necessariamente a **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL**, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, conforme termos da IN DNRC n.º 103/2007, art. 8º.

3.1.1- As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 34, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no cadastramento, DECLARAÇÃO firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

3.1.2- A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.1.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item II deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.1.3- O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, no envelope n.º 01, ainda que apresentem alguma restrição.

3.1.4- O prazo de que trata o item 3.1.2 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.1.5- A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.1.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.2 – As licitantes deverão apresentar no local, até o dia e hora marcados, dois envelopes denominados, respectivamente de n.º 01 – Documentação e de n.º 02 – Proposta Financeira.

3.2.1 – Os envelopes deverão estar lacrados, indevassáveis e identificados com o nome, endereço e telefone da licitante, e deverão conter a seguinte inscrição:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2018
ENVELOPE N.º 01 – Documentação
PROPONENTE: (nome, endereço completo e telefone).

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2018
ENVELOPE N.º 02 – Proposta Financeira
PROPONENTE: (nome, endereço completo e telefone).

IV – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO (Envelope n.º 01)

4.1 – O envelope n.º 01 deverá conter:

4.1.1 – O Certificado de Registro Cadastral fornecido pela Prefeitura Municipal de Riozinho, devidamente atualizado e adequado ao objeto desta licitação, em conformidade com os itens 2.2 e 2.2.1.

4.1.2 - Se o Certificado de Registro Cadastral - CRC do licitante, dentro do prazo de validade, possuir alguma das certidões previstas vencida, o licitante deverá providenciar a sua atualização prévia ou poderá apresentar, juntamente com o CRC, a correspondente certidão atualizada.

4.2 – Somente terão direito a intervir nas fases da licitação os representantes legais ou procuradores das licitantes com poderes para tal.

4.2.1 – A pessoa que se fizer representar pela licitante deverá apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação de fé pública, **e ainda**, se for o caso, instrumento público ou particular de procuração, assinado pelo representante legal da licitante, considerando-a com plenos poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, como receber intimações, impugnar atos, desistir e oferecer recursos, etc.

4.3 – Não poderá participar da presente Licitação, nem ser contratada, empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, e cuja penalidade esteja em vigor.

4.4- **Atestado de Visita** ao local da obra (fornecido pela Prefeitura Municipal – Anexo V), a ser realizada pelo responsável técnico legalmente habilitado. Esta visita deverá ser agendada com o técnico do Município e ser realizada **em até 03 dias antes da data estipulada para abertura da licitação**, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

4.4.1) Não haverá vistoria sem prévio agendamento.

4.4.2) O agendamento deverá ser marcado via telefone **(51) 3548-1090** ou pelo endereço eletrônico licita@pmrizinho.com.br.

4.5 – Declaração de que Vistoriou, e que aceita como válida a situação em que se encontra aquele local para a realização dos serviços, conforme anexo XVII;

4.6 - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, conforme anexo IV.

4.7 – Termo de Desistência (facultativo), conforme anexo XX.

V – DAS PROPOSTAS (Envelope n.º 02)

5.1 - A proposta deverá ser em PREÇO GLOBAL, baseada nos projetos, cronogramas, memoriais e demais informações contidas neste Edital, **em via impressa e eletrônica editável**, devendo especificar o valor referente ao total da mão-de-obra e o valor referente ao total dos materiais, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão de obra, inclusive o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas contendo as seguintes especificações:

5.1.1- Razão social, endereço completo e número do CNPJ;

5.1.2- Descrição do objeto da licitação;

5.1.3- Preço global do objeto desta licitação;

5.1.4- Planilha de quantitativos com custos unitários, não podendo ultrapassar os valores máximos estimados pelo Município para cada item;

5.1.5- Cronograma físico-financeiro devidamente preenchido com os valores proporcionais aos percentuais existentes.

5.1.6- Quanto ao preço ofertado pelos licitantes, serão considerados somente aqueles que contiverem no máximo duas casas após a vírgula;

5.1.7- O BDI – Benefícios e Despesas Indiretas deverá ter sua composição discriminada;

5.1.8 - Composição dos encargos sociais;

5.1.9 - Local, data, assinatura e identificação do signatário.

5.1.10 – E-mail e telefone para contato.

5.1.11- Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.1.12 – Os preços propostos corresponderão a “serviço pronto”, e deverão cobrir todas as despesas e custos necessários ao desempenho do contrato, inclusive aquelas referentes a tributos e encargos trabalhistas e previdenciários, conforme prescrito pela legislação vigente.

5.2 – Será automaticamente desclassificada a licitante que:

a) apresentar proposta com qualquer rasura ou de forma diversa do solicitado.

b) apresentar proposta que não atenda as exigências do presente edital e/ou da Lei 8.666/93.

c) Apresentarem preços acima do valor orçado para execução.

5.3 – Somente se admitirão propostas em moeda corrente nacional (devendo o preço ser líquido, isto é, já acrescido de todos os adicionais como encargos financeiros bem como diminuído de eventuais descontos), que deverão ser em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ/MF, devidamente assinadas.

5.4 – A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data marcada para a abertura dos envelopes. No silêncio da proposta subentende-se validade de 60 (sessenta) dias.

5.5 - O valor total estimado do Objeto Licitado é de **R\$ 187.406,57 (cento e oitenta e sete mil e quatrocentos e seis reais e cinquenta e sete centavos)**.

VI – DO JULGAMENTO

6.1 – As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos.

6.2 – Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, dentre os classificados.

6.3 – No caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, a determinação da licitante vencedora obedecerá aos critérios fixados pelo artigo 45, parágrafo segundo da Lei 8.666/93.

6.4 – Esta licitação será julgada e processada com a observância da Lei 8.666/93 nos artigos 43, 44, seus incisos e parágrafos.

6.5 - Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do concorrente.

VII- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1- Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem aos itens 3.1 e 3.1.1, deste edital.

7.1.1- Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

7.1.2- A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

7.2- Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 3.1 e 3.1.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

7.3- Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 7.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

7.4- O disposto nos itens 7.1 à 7.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.1 e 3.1.1, deste edital).

7.5- As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o disposto no §2º do art. 3º e §2º do art. 45, nesta ordem, ambos da Lei nº 8.666/1993.

VIII – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 – Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei 8.666/93.

8.2 – Os recursos previstos no art. 109 da Lei 8.666/93 deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Riozinho.

IX – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

9.1 - Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Projeto, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro constantes do presente Edital.

9.2 - A LICITANTE VENCEDORA deverá fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa à obra.

9.3 – Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura Municipal.

9.4 - A LICITANTE VENCEDORA, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelos seus empregados, excluída a ADMINISTRAÇÃO de quaisquer reclamações e/ou indenizações, bem como pelos encargos sociais, de seguro, fiscais e trabalhistas com o seu quadro funcional. Igualmente quaisquer demandas judiciais ou administrativas decorrentes da relação laboral entre a LICITANTE VENCEDORA e seu Quadro Funcional permanente ou eventual e que prestem ou venham a prestar serviços à LICITANTE VENCEDORA.

9.5 - É vedado à LICITANTE VENCEDORA subcontratar ou transferir o objeto do presente contrato.

X – PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, convocará o licitante vencedor através de “Convocação Formal”, para no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

10.2 - O Contrato deverá ser assinado junto a Prefeitura Municipal de Riozinho, sito a Av. Guerino Pandolfo, 580 – Centro – Riozinho/RS, pelo representante legal da empresa ou pessoa legalmente autorizada através de procuração.

10.3 – A LICITANTE VENCEDORA convocada para assinar o contrato, que não o fizer no prazo estipulado, será aplicada MULTA DE 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta de preços.

10.4 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, sem prejuízo da multa imposta no item anterior ao faltante.

10.5 - Caso não tenha entregado anteriormente, o licitante vencedor deverá entregar, junto com o termo contratual:

a) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, nos termos das vedações previstas no Art. 9º da Lei nº 8.666/93, ou que a legislação vigente proíba, conforme MODELO-ANEXO XXI;

b) Declaração informando o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que representa a atividade de maior receita da empresa, conforme MODELO-ANEXO XXI;

XI – DO PAGAMENTO E DOS PRAZOS

11.1 - Os pagamentos serão realizados após o cumprimento do objeto, conforme cronograma físico-financeiro, através de medições mensais dos serviços, e mediante apresentação da nota fiscal que será acompanhada dos atestados de execução dos serviços.

11.2 - Comprovação da garantia de execução do contrato; Cópia reprográfica do Termo de Recebimento emitido pelo Município, autorizando a GARANTIA CONTRATUAL – modalidade escolhida pelo executante ou da caução em dinheiro, em conformidade com a Lei 8.666/93 (obrigatoriamente na primeira parcela);

11.3 - O prazo para implantação dos serviços será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de emissão da respectiva Ordem de Início.

11.4 - O contrato objeto desta Licitação terá o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.

XII – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - O pagamento do objeto desta licitação atenderá aos critérios do orçamento vigente sob a rubrica: CONSULTA POPULAR – FPE 1407/2018

ORGÃO: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
UNIDADE: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - VINCULADO
PROJETO/ATIVIDADE: 1025 AMPLIAÇÃO DA CASA DO AGRICULTOR
RECURSO: 1184 CONVÊNIO ESTADUAL – FEIRA DO AGRICULTOR

CATEGORIA: 3.4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALACOES

ORGÃO: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

UNIDADE: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - LIVRE

PROJETO/ATIVIDADE: 1025 AMPLIAÇÃO DA CASA DO AGRICULTOR

RECURSO: 001 LIVRE

CATEGORIA: 3.4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALACOES

XIII – DA GARANTIA

13.1 - Apresentação de Garantia por uma das modalidades constantes do art. 56 da Lei 8.666/93 (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária), equivalente a 5% do valor do contrato. (Obrigatoriamente na primeira parcela).

XIV – DAS PENALIDADES

14.1 - A Licitante sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido.
- b) Multas sobre o valor total atualizado do contrato:
- c) De 10% pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma e legislação pertinente;
- d) De 20% nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução dos serviços contratados;
- e) Suspensão temporária do direito de contratar com a Contratante;
- f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Contratante, nos casos de falta grave, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado e no jornal de circulação local.

14.2 – A LICITANTE VENCEDORA sujeita-se às penalidades e demais sanções estabelecidas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

XV – DA RESCISÃO

15.1 - O contrato será rescindido, de pleno direito, independente de Interpelação Judicial ou Extra-Judicial, e sem que assista a LICITANTE VENCEDORA, qualquer direito de reclamação ou indenização, cabendo as multas que forem aplicáveis, sem prejuízo do item PENALIDADES, sempre que ocorrer:

15.1.1 – Inadimplência de cláusula contratual por parte da LICITANTE VENCEDORA.

15.1.2 – Inobservância de programação, especificações e recomendações fornecidas pela ADMINISTRACAO ou ainda pela ocorrência reiterada de mesma falta, sem justificativa aceita.

15.1.3 – Interrupção dos serviços por exclusiva responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA, sem comprovada justificativa apresentada e aceita pela Prefeitura, pelo período de 48 (quarenta e oito) horas.

15.1.4 – Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da LICITANTE VENCEDORA.

15.1.5 - Imperícia, negligência e imprudência ou desídia na prestação de serviços.

XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – É facultado à Comissão Permanente de Licitações, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da documentação ou da proposta.

16.2 – Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação e proposta exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

16.3 – Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

16.4 – Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e todos os demais atos pertinentes ao procedimento licitatório, os representantes legais das licitantes ou procurador devidamente habilitado e os membros da Comissão Julgadora.

16.5 – Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não será mais admitido o ingresso de participantes retardatários na sessão da licitação.

16.5.1 – A Prefeitura Municipal não se responsabiliza pelo recebimento de envelopes retardatários advindos após a data e horário estipulados para a abertura, seja por problemas de correio ou outro agente responsável pelo transporte dos mesmos.

16.6 – No interesse da Prefeitura Municipal de Riozinho, a presente licitação poderá ser anulada ou revogada no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93, sem que por este motivo as licitantes tenham direito a qualquer reclamação ou indenização.

16.7 - As interessadas deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes do presente Edital, bem como de todas as condições gerais e peculiares das áreas atendidas e dos serviços a serem executados, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta e/ou do perfeito cumprimento do contrato.

16.8 – Constituem anexos deste instrumento, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I, Declaração de Enquadramento Lei 123/06;
- b) Anexo II, Minuta do Contrato;
- c) O Anexo III - Modelo de Declaração de cumprimento do inciso V, do art. 27 da Lei 8.666/93;
- d) Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- e) Anexo V – Atestado de Visita;
- f) Anexo VI – Projeto Fachada;
- g) Anexo VII – Projeto Planta Baixa;
- h) Anexo VIII – Projeto Cortes;
- i) Anexo IX– Projeto Elétrico;
- j) Anexo X – Projeto Fundações;
- k) Anexo XI – Projeto Esgoto;
- l) Anexo XII - Projeto Hidráulico;
- m) Anexo XIII – Planilha Orçamentária;

- n) Anexo XIV – Cronograma Físico-financeiro;
- o) Anexo XV – Memorial Descritivo;
- p) Anexo XVI – Encargos Sociais;
- q) Anexo XVII – Declaração de que Vistoriou o local das Obras;
- r) Anexo XVIII – Declaração de Plena submissão;
- s) Anexo XIX - Declaração de Idoneidade;
- t) Anexo XX – Termo de Desistência (facultativo);
- u) Anexo XXI – Declarações (licitante vencedor);
- v) Anexo XXII - Dados da Licitante;
- x) Anexo XXIII – BDI;
- x) Anexo XXIV – RRT.

16.9 – A licitante ao firmar sua proposta expressa automaticamente sua concordância total aos termos deste Edital, e Anexos, e, caso vencedora, compromete-se a cumpri-lo na totalidade.

16.10 – A LICITANTE VENCEDORA deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações por esta assumidas, durante toda a execução do contrato.

16.11 - Os interessados poderão obter informações complementares e esclarecimentos sobre a licitação, por escrito e protocolado, na Av. Guerino Pandolfo, n.º 580, nas dependências da Prefeitura Municipal de Riozinho, inadmitindo-se proposições de recurso, impugnação, pedido de esclarecimentos ou quaisquer outros requerimentos por fax ou e-mail.

16.12 – O Edital e os componentes do Projeto Executivo estarão disponíveis no site <http://www.pmriozinho.rs.gov.br/> ou na Prefeitura Municipal de Riozinho, localizada na Av. Guerino Pandolfo, n.º 580 - Centro. Demais informações serão fornecidas pelo telefone (51) 3548-1090 ou pelo e-mail licita@pmriozinho.com.br.

16.13 – Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos com base na Lei 8.666/93.

Riozinho - RS, 13 de Agosto de 2018.

Valério José Esquinatti
Prefeito Municipal

(Processo Adm. nº 0131/2018).

Este edital foi devidamente examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em _____ / _____ / _____

Assessor Jurídico

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO ART. 3.º
E NÃO INCURSÃO NOS IMPEDIMENTOS DO § 4.º DO MESMO ARTIGO
DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06**

(Modelo)

À Prefeitura Municipal de Riozinho/RS

Comissão Permanente de Licitações

Ref.: Tomada de Preços nº 002/2018

Declaro, sob as penas da Lei, que a licitante,
CNPJ nº, se enquadra como micro e pequena empresa nos termos
da Lei Complementar nº 123/06, pelo que pretende exercer o **direito de preferência**
conferido por esta Lei e que, para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando
incursa em nenhum dos impedimentos constantes no § 4º do Art. 3º da mencionada Lei.

.....

(data)

.....

(nome)

MINUTA DO CONTRATO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 92.401.553/0001-74, com sede na Av. Guerino Pandolfo, 580, Bairro Centro, Riozinho – RS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Valério José Esquinatti, doravante denominada **CONTRATANTE** e **LICITANTE VENCEDORA DA LICITAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, com sede na, n.º, na cidade de, representada neste ato pelo Sr., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base na Lei 8.666/93 e segundo o resultado da licitação através da **Tomada de Preços n.º 002/2018**, firmam o presente contrato compra, sendo que o presente contrato, além de submeter-se às exigências da lei supracitada, reger-se-á ainda pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas:

I – DO OBJETO

1.1 - Construção da Feira do Produtor, com área total de 110,23 m², localizado na Rua Sete de Setembro, no centro do Município de Riozinho/RS, na forma do projeto e memorial descritivo anexo.

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 - Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro constantes do presente Edital.

2.2 - A LICITANTE VENCEDORA deverá fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa à obra.

2.3 – Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura Municipal.

2.4 - A LICITANTE VENCEDORA, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelos seus empregados, excluída a ADMINISTRAÇÃO de quaisquer reclamações e/ou indenizações, bem como pelos encargos sociais, de seguro, fiscais e trabalhistas com o seu quadro funcional. Igualmente quaisquer demandas judiciais ou administrativas decorrentes da relação laboral entre a LICITANTE VENCEDORA e seu Quadro Funcional permanente ou eventual e que prestem ou venham a prestar serviços à LICITANTE VENCEDORA.

2.5 - É vedado à LICITANTE VENCEDORA subcontratar ou transferir o objeto do presente contrato.

III – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 – Efetuar o pagamento ajustado.

3.2 – Fiscalizar os serviços e adotar providências para seu fiel cumprimento.

IV – DO PRAZO, PREÇO E PAGAMENTO

4.1 - O prazo para implantação dos serviços será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de emissão da respectiva Ordem de Início.

4.2 - O contrato objeto desta Licitação terá o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.

4.3 - O preço TOTAL para o presente ajuste é de R\$ (.....), constante da proposta vencedora da licitação, sendo R\$ (.....) referente ao total da mão-de-obra e R\$ (.....) referente ao total dos materiais, aceito pelo CONTRATADO, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, conforme cronograma físico-financeiro.

4.4 - Os pagamentos serão realizados após o cumprimento do objeto, conforme cronograma físico-financeiro, através de medições mensais dos serviços, e mediante apresentação da nota fiscal que será acompanhada dos atestados de execução dos serviços.

4.5 - Comprovação da garantia de execução do contrato; Cópia reprográfica do Termo de Recebimento emitido pelo Município, autorizando a GARANTIA CONTRATUAL – modalidade escolhida pelo executante ou da caução em dinheiro, em conformidade com a Lei 8.666/93 (obrigatoriamente na primeira parcela);

V - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - O pagamento do objeto desta licitação atenderá aos critérios do orçamento vigente sob a rubrica: CONSULTA POPULAR – FPE 1407/2018

ORGÃO: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

UNIDADE: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - VINCULADO

PROJETO/ATIVIDADE: 1025 AMPLIAÇÃO DA CASA DO AGRICULTOR

RECURSO: 1184 CONVÊNIO ESTADUAL – FEIRA DO AGRICULTOR

CATEGORIA: 3.4.4.90.51.00

OBRAS E INSTALACOES

ORGÃO: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

UNIDADE: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - LIVRE

PROJETO/ATIVIDADE: 1025 AMPLIAÇÃO DA CASA DO AGRICULTOR

RECURSO: 001 LIVRE

CATEGORIA: 3.4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALACOES

VI – DA RESCISÃO

6.1 – Este contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da Contratante nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Contratante; e

c) judicialmente, nos termos da legislação.

6.2 – A rescisão deste contrato enseja as conseqüências previstas no artigo 80 da Lei 8.666/93.

6.3 - O presente contrato também poderá ser rescindido, de pleno direito, independente de Interpelação Judicial ou Extra-Judicial, e sem que assista a CONTRATADA, qualquer direito de reclamação ou indenização, cabendo as multas que forem aplicáveis, sem prejuízo do item PENALIDADES, sempre que ocorrer:

6.3.1 - Inadimplência de cláusula contratual por parte da CONTRATADA;

6.3.2 - Inobservância de programação, especificações e recomendações fornecidas pela CONTRATANTE ou ainda pela ocorrência reiterada de mesma falta, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE;

6.3.3 - Interrupção dos serviços por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem comprovada justificativa apresentada e aceita pela Prefeitura, pelo período de 48 (quarenta e oito) horas;

6.3.4 - Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da CONTRATADA;

6.3.5. Imperícia, negligência e imprudência ou desídia na prestação de serviços;

VII – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 - A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

VIII – DA RESCISÃO

8.1 - O contrato será rescindido, de pleno direito, independente de Interpelação Judicial ou Extrajudicial, e sem que assista a LICITANTE VENCEDORA, qualquer direito de reclamação ou indenização, cabendo as multas que forem aplicáveis, sem prejuízo do item PENALIDADES, sempre que ocorrer:

8.1.2 - Inadimplência de cláusula contratual por parte da LICITANTE VENCEDORA.

8.1.3 - Inobservância de programação, especificações e recomendações fornecidas pela ADMINISTRACAO ou ainda pela ocorrência reiterada de mesma falta, sem justificativa aceita.

8.1.4 - Interrupção dos serviços por exclusiva responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA, sem comprovada justificativa apresentada e aceita pela Prefeitura, pelo período de 48 (quarenta e oito) horas.

8.1.5 - Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da LICITANTE VENCEDORA.

8.1.6 - Imperícia, negligência e imprudência ou desídia na prestação de serviços.

IX – DAS PENALIDADES

9.1 - A Licitante sujeita-se às seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido.

b) Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

c) De 10% pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma e legislação pertinente;

d) De 20% nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução dos serviços contratados;

e) Suspensão temporária do direito de contratar com a Contratante.

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Contratante, nos casos de falta grave, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado e no jornal de circulação local.

9.2 - A LICITANTE VENCEDORA sujeita-se às penalidades e demais sanções estabelecidas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9.3 - Caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de notificação, contra as penalidades aplicadas pelos órgãos de fiscalização, dirigido à Autoridade Competente.

X – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Pela não execução total e/ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) No caso de atraso da entrega ou da não prestação dos serviços, no todo ou em parte, sem motivo plenamente justificável e aceito pela Administração Municipal, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades constantes na CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES do presente contrato, bem como, suspensão temporária do licitante em efetuar qualquer fornecimento ao Município.

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

e) Sempre que a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

XI – DA GARANTIA

11.1 - Garantia por uma das modalidades constantes do art. 56 da Lei 8.666/93 (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária), equivalente a 5% do valor do contrato.

XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – A Contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações por esta assumidas, durante toda a execução deste contrato.

12.2 – Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos com base na Lei 8.666/93.

XIII – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - O acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços ora contratados serão realizados pela Secretária Municipal do Planejamento, através da Sra. Paula Tatiana Hennemann – CAU n.º 39.887-0, fiscal do contrato.

XIV – DO FORO

14.1 – Para dirimir eventuais questões que venham a ocorrer com relação ao presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Taquara - RS, com renúncia expressa dos demais.

14.2 - E por estarem as Partes assim, justas e contratadas, assinam o presente para fins de direito, em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com duas (02) testemunhas.

Riozinho - RS, xxxxxx de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO

LICITANTE VENCEDORA DA LICITAÇÃO

TESTEMUNHAS

DECLARAÇÃO

(Modelo)

Ref.: Tomada de Preços n.º 002/2018

....., inscrito no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.
(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º
....., CPF n.º, **DECLARA**, para fins do dispositivo no
inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

(Modelo)

À Prefeitura Municipal de Riozinho / RS

Comissão Permanente de Licitações

Ref.: Tomada de Preços nº 002/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem: DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, para efeito de participação no processo licitatório em epígrafe, que a empresa não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação de sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Por ser verdade assina a presente.

.....
(data)

.....
(nome)

ATESTADO DE VISITA
(fornecido pela Prefeitura)

Atesto que em relação ao Processo de Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2018, que a empresa _____, através do seu responsável técnico, Sr. _____ tomou conhecimento dos locais e condições em que os serviços serão executados.

Riozinho, ____ de _____ de 2018.

xxxxxx

Sec. Mun. do Planejamento

Projeto Fachada

Projeto Planta Baixa

Projeto Cortes

Projeto Elétrico

Projeto Fundações

Projeto Esgoto

Projeto Hidráulico

Planilha Orçamentária

Cronograma Físico-financeiro

Memorial Descriptivo

Encargos Sociais

DECLARAÇÃO
DE QUE VISTORIOU E CONHECE O AMBIENTE DAS OBRAS
(Modelo)

À Prefeitura Municipal de Riozinho/RS
Comissão Permanente de Licitações
Ref.: Tomada de Preços nº 002/2018

DECLARAMOS que a empresa com sede à
....., cidade de, CNPJ nº.
....., neste ato representada pelo Sr., vistoriou
os locais de execução das obras e serviços, objeto do presente edital e que conhece com
exatidão todas as condições de operacionalidade, não podendo em nenhum momento
invocar desconhecimento na formulação do projeto de execução, bem como na formulação
de nossos preços, em atendimento ao disposto no Edital.

.....

(data)

.....

(nome)

TERMO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

(Modelo)

À Prefeitura Municipal de Riozinho/RS

Comissão Permanente de Licitações

Ref.: Tomada de Preços nº 002/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA estar de acordo com todos os termos do Edital de Licitação e de todos os seus anexos, todos de seu integral conhecimento, pelo que, caso vitoriosa, assinará o Contrato do qual constitui parte integrante o referido Edital e seus anexos concordando com todas as suas cláusulas e condições. Declara, também, a sua inteira submissão à legislação brasileira. Esclarece ainda, que preenche todos os requisitos previstos no citado ato convocatório da licitação.

.....

(data)

.....

(nome)

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Modelo)

À Prefeitura Municipal de Riozinho/RS

Comissão Permanente de Licitações

Ref.: Tomada de Preços nº 002/2018

DECLARO sob as penas da lei, para fins de participação da TOMADA DE PREÇOS n.º 002/2018, que (“nome da licitante”) não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações (Lei de Licitações), bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade financeira. Declaro, ainda, ter conhecimento e estar de pleno acordo com as normas desta licitação.

.....

(data)

.....

(nome)

TERMO DE DESISTÊNCIA

(facultativo)

A empresa _____,
CNPJ nº _____, (razão social da empresa) por intermédio de
seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, no presente
ato e na melhor forma de direito, caso habilitada, vem desistir de qualquer recurso
cabível relativo à fase de habilitação da TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018, de acordo
com o Art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93.

Local, _____ de _____ de 2018.

Nome e Assinatura (representante legal)

DECLARAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

A empresa _____, CNPJ n.º _____, (razão social da empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, CPF n.º _____, sediada _____, (endereço completo) declara para fins desta licitação, caso seja declarado vencedor, e sob as penas da lei, que:

a) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, nos termos das vedações previstas no Art. 9º, da Lei nº 8.666/93, ou que a legislação vigente proíba; e

b) o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que representa a atividade de maior receita da empresa é:
Código do CNAE: (preencher)
Descrição do CNAE: (preencher)

Local, _____ de _____ de 2018.

Nome e Assinatura
(representante legal)

Observação n.º 01: esta declaração é obrigatória apenas para o licitante detentor da proposta vencedora;

Observação n.º 02: o licitante poderá antecipar a sua entrega. Nesse caso, poderá apresentá-la junto ao Envelope nº 01 ou Envelope n.º 02

DADOS DA LICITANTE

TOMADA DE PREÇOS N. 002/2018

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
E-MAIL:
TELEFONE:
CONTATO:

DADOS (ASSINATURA E EXECUÇÃO DO CONTRATO)

REPRESENTANTE LEGAL:
CARGO OU FUNÇÃO:
CPF:
IDENTIDADE:
ENDEREÇO RESIDENCIAL:
E-MAIL:
TEFEFONE:

DADOS BANCÁRIOS

BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA-CORRENTE:

Local e Data

Nome e Identificação do declarante

BDI

ANEXO XXIV

RRT